

RECLAMAÇÃO Nº 39.346 - MG (2019/0347959-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECLAMANTE : IGOR BRUNO SILVA
ADVOGADO : IGOR BRUNO SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG183123
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : CARENE FONSECA DE SOUZA - MG122860
PAULA RODRIGUES DA SILVA - MG119133

DECISÃO

Esta reclamação foi proposta, de acordo com a própria inicial, *tendo em vista a ofensa de Acórdão proferido no Recurso de Apelação dos autos acima epígrafados - proferido pela 10ª Câmara Cível do E. Tribunal de Justiça de Minas Gerais e publicado em 09/11/2018 – à decisão proferida pela 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, publicada em 29/03/2019, no REsp 1.746.072 – PR (2018/0136220-0), de Relatoria da Exma. Sra. Ministra Nancy Andrighi (e-STJ, fl. 3, sem destaque no original).*

Em face de a decisão deste Tribunal Superior (1) não ter sido proferida em processo no qual IGOR BRUNO SILVA foi parte; (2) não ter sido adotada em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; (3) esta Corte Superior nem sequer vir admitido reclamação para compelir os Tribunais de Apelação a aplicarem teses firmadas em recurso repetitivo (AgInt na Rcl 28.688, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 29/8/2016); e, (4) a reclamação ter tomado feições de "ação" após a entrada em vigor do NCPC, sendo admitida, inclusive, a possibilidade de condenação ao pagamento de honorários advocatícios caso haja manifestação da parte contrária nesse sentido (Rcl 34.937, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 13/11/2018), foi dada oportunidade ao reclamante para se manifestar acerca do interesse na continuidade do feito (e-STJ, fl. 392).

Na ocasião, houve ainda o registro de que o silêncio seria interpretado como desistência.

Publicado o despacho de advertência aos 21/11/2019, a Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Privado certificou *que não houve manifestação quanto ao r. despacho* (e-STJ, fl. 394).

A parte permaneceu silente, portanto.

Superior Tribunal de Justiça

Dessarte, a ausência de manifestação de IGOR BRUNO SILVA deve ser interpretada como perda superveniente de seu interesse no processamento e julgamento da reclamação.

Homologo, pois, a desistência do pedido.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR